



Gushiken pede à PF para investigar jornalistas

Está em curso na imprensa brasileira uma conspiração para prejudicar o ex-secretário de Comunicação do governo, Luiz Gushiken. Jornalistas são subornados pelo empresário Daniel Dantas para falar mal do petista. Com essa idéia na cabeça e um ofício na mão, Gushiken pediu ao diretor da Polícia Federal para investigar jornalistas que publicam notícias que lhe desagradam.

A PF não só confirmou o recebimento do pedido como informou que já há um delegado investigando jornalistas sobre a suposta operação em curso que “envolveria escutas ilegais e divulgação de informações falsas, com a finalidade de atingir a honorabilidade” da pessoa do ex-ministro.

As informações e a correspondência à PF foram divulgadas pelo site *Conversa Afiada* do jornalista Paulo Henrique Amorim.

Gushiken, no governo era quem lidava com agências de publicidade e comandava a ação dos fundos de pensão: dois campos em que a primeira administração de Lula fez por merecer caudalosas reportagens. O primeiro, pelas altas somas de “dinheiro não contabilizado” que trafegaram pelas campanhas eleitorais e outras esconderijos. O segundo, por meter o governo e a própria PF numa guerra de negócios que envolveu a Telecom Itália, o Citigroup e o Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas. Imagina-se que os resultados do gerenciamento de Gushiken não tenham contribuído para sua permanência no governo.

O objetivo do petista com a divulgação de sua carta eletrônica parece ser unicamente a sua divulgação, já que a sua conhecida proximidade com a Polícia Federal dispensa, certamente, esse tipo de formalidade. Ao expor os nomes dos profissionais, Gushiken pode estar buscando dois objetivos: prevenir-se, cautelarmente, da publicação de fatos que vêm por aí e/ou desestimular jornalistas a escreverem a seu respeito.

O site de Paulo Henrique Amorim informa que, em contato com a PF, a instituição confirmou o recebimento da correspondência que foi encaminhada “ao delegado que já investiga as denúncias, e prometeu dar mais informações”.

Leia o ofício de Gushiken à PF e ao site *Conversa Afiada*

Indaiatuba, 25 de janeiro de 2007.

Ilmo.sr.

Diretor Geral do Departamento da Policia Federal

Sr. Delegado Paulo Lacerda

Serve a presente para informar o que segue.

Em 28 de setembro de 2006 enviei à Vossa Excelência cópia do ofício 086/2006 – NAE/PR dirigida ao sr. Ministro de Estado da Justiça, sr. Marcio Thomaz Bastos, na qual levantava suspeita de “que suposta



operação estaria em curso, e envolveria escutas ilegais e divulgação de informações falsas”, com a finalidade de atingir a honorabilidade da minha pessoa.

Ainda no ofício afirmava que “como é do conhecimento de Vossa Excelência, não é a primeira vez que isso ocorre e um exemplo desse comportamento ignominioso ocorreu no mês de maio do corrente ano, em que a revista Veja que circulou com a data de 17/05/06, publicou um falso dossiê com diversas contas bancárias, inclusive uma atribuída ao Senhor Presidente da República. Mas não é só. Essa prática nefanda, levada a efeito pelo sr. Daniel Dantas e pessoas a ele ligadas, já vem de longa data, tendo sido realizados atos de espionagem ilegal e violação de sigilo telefônico, feitos pela empresa Kroll Associates, bem como o suborno de jornalistas para que publiquem matérias de conteúdo falso e altamente ofensivo à minha pessoa. A propósito disso, as revistas Veja e Carta Capital, já publicaram matéria apontando que o sr. Leonardo Attuch, da revista Isto É, seria um desses jornalistas.”

Daquela data até o dia de hoje, outros fatos têm ocorrido:

Em 23/08/06 a revista Veja, na coluna Radar, o jornalista Lauro Jardim redige matéria difamante sobre minha pessoa, cujo desmentido não mereceu espaço em sua coluna, apesar das abundantes provas apresentadas ao referido jornalista sobre o caráter calunioso e inverídico da matéria. Diz a matéria: “Gushiken revelou-se requintado... serviu-se de uma garrafa de Grand Vin de Chateau Latour, safra 1994, um tinto apreciadíssimo. Depois, o “China” acendeu um charuto cubano... Total da brincadeira: 3.500 reais. A conta foi paga em dinheiro vivo”. Frente a tais calúnias já adotei as medidas judiciais cabíveis.

Em 24 de janeiro de 2007, na revista Veja, o colunista Diogo Mainardi, comentando o assalto que eu e minha família fomos vítimas em 20/12/06, sugere maliciosamente que os recursos financeiros em reais que os ladrões roubaram sofreram sonegação fiscal por ação deliberada de minha parte; sugerindo também que os recursos em dólares roubados na mesma ocasião poderiam alcançar cifras elevadíssimas. É o que está dito na matéria aludida: “Quanto? Nos últimos anos, os petistas se acostumaram a lidar com grandes valores, 315.000 dólares? ... Por falar em China, quanto ele tinha em Indaiatuba? 3.150.000 dólares?”

Em verdade, os recursos roubados têm origem legal, jamais foram objeto de sonegação fiscal. Quanto aos dólares a cifra gira entre U\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos dólares) a U\$ 2.700,00 e correspondem às sobras de viagem que fizemos ao exterior, para o qual minha esposa efetivou uma operação em casa de câmbio oficialmente autorizada pelo Banco Central, no valor total de U\$ 4.428,00 (quatro mil, quatrocentos e vinte e oito dólares), no dia 08 de novembro, cujos comprovantes encontram-se em minhas mãos. Aliás, o referido assalto se deu três dias após nosso retorno.

As referidas matérias induziram os leitores a uma falsa idéia sobre o meu patrimônio e sua origem. E como minha honra e imagem pessoal foram afetadas, estou tomando as providências cabíveis no âmbito da Justiça.

Se não bastassem os sofrimentos e os traumas terríveis resultantes do assalto e a nossa impotência frente às mentiras e difamações, cuja reparação “a posteriori” jamais eliminará por completo os efeitos do veneno da calúnia, muitas indagações perturbam o meu espírito: por que razão minha pessoa é alvo de



ações difamantes? Existe ação orquestrada, envolvendo empresários nessa ação de demolição da reputação alheia, induzindo jornalistas a matérias equivocadas?

Sr. Delegado,

Estas são observações e preocupações sobre um contexto no qual, infelizmente, minha pessoa e meus familiares somos vítimas de ações pífidas. E o que é pior, minha intuição é que estas ações tendem a continuar, porque me parecem articuladas, possivelmente em face dos desafetos gerados e de grandes interesses contrariados quando exerci a função de Ministro de Estado, razão pela qual solicito a adoção de medidas policiais cabíveis considerando os termos do ofício já aludido de 28/09/06.

Atenciosamente

Luiz Gushiken

Date Created

27/01/2007